



CONTRATO Nº 10/2021

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU** e **HOSPITAL DE CARIDADE DE CANGUÇU** para aquisição de **Serviços de até 93 Consultas em Fisioterapia mês e até 926 Procedimentos em Fisioterapia mês.**

De um lado o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 88.861.430/0001-49, com Prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Marcus Vinicius Müller Pegoraro**, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado o **HOSPITAL DE CARIDADE DE CANGUÇU**, entidade filantrópica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 88.239.074/0001-26, com sede à Rua José Albano de Souza, nº 140, nesta cidade, neste ato representado pelo sua representante legal, **Sra. Miriam Lisiane Radtke Neutzling**, de ora em diante denominado **CONTRATADA**, e de acordo com o processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 03/2021** e na melhor forma de direito, tem justo e contratado, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A Contratada deverá oferecer serviços (consulta e procedimentos) de fisioterapia a pacientes vinculados ao Sistema Único de Saúde conforme suas necessidades e resolução CIB/RS nº 12/2021, observado o limite de valor especificado na cláusula segunda.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** obriga-se ao pagamento mensal dos serviços realizados observando os valores repassados pelo SUS por cada consulta ou procedimento, conforme tabela anexa, observando um limite mensal de até **R\$ 5.139,30** (cinco mil, cento e trinta e nove reais e trinta centavos) para procedimentos de fisioterapia e de **R\$ 585,90** (quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos) para consultas de fisioterapia a serem pagos até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo primeiro: em caso de alteração no valor especificado na resolução CIB/RS nº 12/2021 este contrato passa de forma automática a adotar os novos valores fixados na resolução que lhe substituir.

Parágrafo segundo: como forma de controle do cumprimento do objeto contratado deverá a contratada apresentar até o dia 20 de cada mês à Secretaria Municipal de Saúde a prestação de contas dos valores que lhe foram repassados para remuneração dos serviços prestados, sendo que o pagamento dos meses subsequentes estará condicionado à aprovação da prestação de contas do mês anterior.

Parágrafo terceiro: na impossibilidade da contratada manter os serviços constantes no objeto, o repasse do valor referente ao seu pagamento será suspenso até que a atividade seja retomada.

CLAUSULA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:



- a) executar integralmente o objeto previsto neste contrato;
- b) responsabilizar-se exclusiva e integralmente por qualquer tipo de serviço que venha a utilizar no desempenho de atividades realizadas para cumprimento deste contrato, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício ou contratos de prestação de serviços com terceiros, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao poder público;
- c) a Contratada deverá aplicar os recursos recebidos no atendimento aos pacientes vinculados ao SUS de acordo com o objeto contratual;
- d) atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços e segundo as normas da Humanização da Assistência/ Humaniza SUS;
- e) prestar os serviços previstos neste contrato de forma gratuita aos pacientes vinculados ao SUS, sendo vedada qualquer tipo de cobrança;
- f) enviar, até o dia 20 de cada mês, ou sempre que solicitado, pela comissão de monitoramento do contrato, a prestação de contas, apresentando o relatório de execução dos trabalhos com dados quantitativos;
- g) encaminhar a nota fiscal relativa aos serviços prestados acompanhada dos documentos relativos à regularidade fiscal para a Secretaria Municipal de Saúde no primeiro dia útil ao mês subsequente ao serviço;
- h) arcar com qualquer tipo de dano causado a pacientes ou terceiros, decorrentes de ação, omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus funcionários ou serviços terceirizados;
- i) não assumir a responsabilidade por eventuais danos causados a pacientes ou terceiros por ato médico específico ou omissão, quer voluntariamente ou por negligência, imperícia ou imprudência, sendo responsável pessoal e exclusivamente o profissional autônomo, membro ou não do corpo clínico, que o tenha praticado no estabelecimento da contratada ou estando por ela autorizado;
- j) movimentar os recursos financeiros liberados pela contratante em contas bancárias vinculadas a este contrato;
- l) restituir o valor transferido atualizado monetariamente à Fazenda Municipal quando o recurso for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no presente contrato.

CLAUSULA QUARTA- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante:

- a) efetuar a transferência dos recursos financeiros, previstos para a execução deste contrato, conforme cláusula segunda, a referida despesa será suportada pela Unidade Orçamentária 0801 – Fundo Municipal de Saúde e Unidade Orçamentária 0802 – Gastos com Saúde/Recursos Vinculados. Projeto Atividade 2432 Serviços Médicos, Hospitalares e laboratoriais, ELEMENTO DESPESA: 33.90.39.50.00.00 – FICHA 2668;
- b) exigir que a implementação do objeto deste contrato guarde conformidade com as exigências do objeto;



c) supervisionar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação ou fato relevante que venha ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços contratados;

d) aprovar a prestação de contas, bem como demais documentos exigidos neste instrumento e na legislação em vigor, necessários à execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA-PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos liberados relativos a este contrato será apresentada mensalmente à Secretaria Municipal da Saúde, devendo ser submetida à análise da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento do Contrato e do Conselho Municipal de Saúde com anuência do Secretário Municipal de Saúde.

A Contratada será responsável pela comprovação da efetiva aplicação dos recursos para a remuneração dos serviços contratados, providenciando o atendimento aos pacientes, cujos comprovantes deverão ser entregues no Setor Administrativo da Secretaria Municipal da Saúde, que se responsabilizará pela fiscalização e fiel cumprimento deste contrato.

Parágrafo único: a prestação de contas deverá demonstrar, documentalmente, a quantidade de atendimentos realizados à expensas do valor repassado pelo presente contrato, para que seja anexado nas comprovações de aplicação de valores por parte da Prefeitura Municipal de Canguçu.

CLÁUSULA SEXTA- VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor na data da sua assinatura e terá vigência por **12 (doze) meses**, podendo ser alterado e/ou prorrogado mediante termo aditivo, não podendo exceder a 60 (sessenta) meses, devendo observar as seguintes diretrizes:

a) o prazo previsto para execução das metas determinadas ao objeto do contrato, será sempre mensal, até o último dia de cada mês;

b) o prazo de vigência será acrescido de 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas final.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, em conformidade com a legislação em vigor.

A inexecução total ou parcial do contrato, na forma do art. 77 da Lei nº 8.666/93, ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da referida Lei.

Parágrafo único: o presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, sem a aplicação de multa ou outras penalidades, a qualquer tempo, desde que devidamente motivado e dado aviso prévio com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a contratada às seguintes penalidades:

I- advertência;



II - multa de 1% sobre o valor anual do contrato, por dia, até que sejam corrigidas as irregularidades;
III - suspensão temporária do direito licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme a autoridade fixar em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo primeiro: as sanções previstas nos incisos "I", "III" e "IV" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso "II", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo segundo: caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente da contratante em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada, administrativa ou judicialmente se necessário, sendo inscrita em dívida ativa perante o Município.

CLÁUSULA NONA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre do processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 03/2021** que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA –LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplica-se à execução do presente contrato a Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO

O presente contrato contará com uma Comissão de Acompanhamento, composta por 3 (três) membros, constituída por 01 (um) representante da contratada, 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e 01 (um) representante dos usuários do Conselho Municipal de Saúde, devendo reunir-se no mínimo uma vez por mês.

Parágrafo primeiro: é atribuição da Comissão de Acompanhamento acompanhar a execução do presente contrato, principalmente no tocante aos seus custos, cumprimento das metas estabelecidas e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários, sendo que em caso de não aprovação da prestação de contas poderá ensejar a rescisão do contrato.

Parágrafo segundo: a Comissão de Acompanhamento do contrato será criada pelo contratante até quinze dias após a data do início de vigência deste contrato.

Parágrafo terceiro: os contratantes ficam obrigados a fornecer à Comissão de Acompanhamento, todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades, especialmente demonstrativos de atendimentos de pacientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CEDÊNCIA DE PESSOAL



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Poderão as partes convencionarem a cedência de servidores vinculados à contratante para desempenharem suas atividades junto à contratada nas atividades relacionadas ao objeto deste contrato, sendo que neste caso os valores pagos a estes profissionais serão descontados dos valores devidos pela prestação do serviço.

Parágrafo único: a cedência de servidor público ao HCC será efetivada através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato. E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

CANGUÇU/RS, 08 de Abril de 2021.

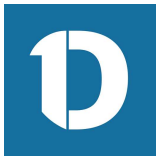
MARCUS VINICIUS MÜLLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL DE CANGUÇU

HOSPITAL DE CARIDADE DE CANGUÇU
CONTRATADA

Testemunhas

NOME: _____ **NOME:** _____

CPF: _____ **CPF:** _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A973-BBDB-7072-B4FE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



HOSPITAL DE CARIDADE DE CANGUCU (CNPJ 88.239.074/0001-26) em 12/04/2021 08:38:41
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/A973-BBDB-7072-B4FE>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B39F-5176-2FB5-7F4E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.359.010-91) em 12/04/2021 11:06:43 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.255.180-40) em 12/04/2021 16:07:00
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/B39F-5176-2FB5-7F4E>